

Bruxelas, 19 de Fevereiro de 2007

## **Estratégia de reforma da UE com resultados positivos em termos de emprego, segundo novo relatório**

***O desemprego está a diminuir e o emprego a crescer, segundo o Relatório Conjunto sobre o Emprego, a adoptar pelos Ministros do Emprego em 22 de Fevereiro. O relatório na Comissão é optimista na avaliação que faz da forma como os Estados-Membros aplicaram os respectivos programas nacionais de reformas na área do emprego. Não obstante, sublinha a necessidade de pôr em prática reformas mais rigorosas, em especial no que respeita a um melhor equilíbrio entre flexibilidade e segurança no mercado de trabalho — a chamada abordagem flexigurança. A Comissão formulou ainda recomendações específicas (a nível nacional) à maioria dos Estados-Membros.***

"As reformas do mercado laboral estão a dar frutos, mas para que a Europa seja capaz de dar uma resposta séria e eficaz aos desafios da globalização e da rápida diminuição da população activa, a flexigurança tem de estar na ordem do dia. Os trabalhadores têm de ser capazes de mudar de emprego com facilidade e confiança", afirma Vladimír Špidla, Comissão Europeu responsável pelo Emprego, Assuntos Sociais e Igualdade de Oportunidades. Acrescentou ainda que "a actual melhoria das perspectivas económicas dá-nos oportunidade de redobrar os nossos esforços de reforma."

Juntamente com a adopção deste relatório, o Conselho "Emprego e Assuntos Sociais" de 22 de Fevereiro deve subscrever as recomendações específicas por país relativas às políticas económica e de emprego. Esta é a primeira vez que os Ministros são chamados a adoptar recomendações nacionais integradas deste tipo. Trata-se de um importante passo na consecução dos objectivos da UE em matéria de emprego e crescimento, na medida em que os Estados-Membros ficam vinculados ao cumprimento dessas recomendações. De importância crucial é ainda o facto de a Comissão estar a propor medidas em matéria de emprego para a maioria dos Estados-Membros, sublinhado a necessidade de avançarem com as reformas no mercado de trabalho.

O desemprego na UE diminuiu de 9,1% em 2004 para 8,8% em 2005 e a taxa de emprego cresceu de 0,8% em 2005, o que corresponde ao maior aumento desde 2001. No entanto, é ainda necessário criar mais 22 milhões de novos postos de trabalho para que se possa atingir as metas de emprego que a UE se fixou para 2010. Pese embora o investimento na educação e no desenvolvimento de competências estar a aumentar, as políticas destinadas a melhorar a adaptabilidade — uma prioridade da Estratégia Europeia de Emprego — estão muito aquém do que seria desejável.

A modesta adesão a estratégias para reforçar a adaptabilidade dos trabalhadores é particularmente preocupante. O rápido progresso tecnológico e a concorrência global acrescida exigem mercados de trabalho flexíveis.

A consecução de reformas da legislação em matéria de contratos permitiria transições facilitadas entre empregos e proporcionaria aos trabalhadores mais oportunidades de progressão, aspectos que seriam igualmente favorecidos por um aumento do investimento em formação. Porém, tal como o relatório evidencia, os esforços empreendidos nesta área têm pecado por falta de determinação.

O trabalho não declarado continua também a ser um problema importante em muitos Estados-Membros. O relatório sublinha a necessidade de uma abordagem mais exaustiva, *que combine políticas laborais activas, disposições contratuais flexíveis, aprendizagem ao longo da vida e protecção social.*

*A abordagem da flexigurança pode contribuir para um aumento da produtividade e uma melhoria da qualidade dos empregos.*

*A próxima comunicação da Comissão em matéria de flexigurança — programada para o Verão de 2007 — definirá um conjunto de opções para ajudar os Estados-Membros a encontrar o pacote de medidas políticas mais adequado aos respectivos mercados de trabalho.*

No conjunto, o relatório hoje aprovado mostra que os Estados-Membros têm adoptado uma abordagem mais integrada do trabalho ao longo do ciclo de vida. O número de trabalhadores mais velhos aumentou de 41% em 2004 para 42,5% em 2005; no entanto, muito há ainda a fazer para se alcançar a meta de 50% até 2010. Os jovens, bem como as pessoas com deficiência e os trabalhadores migrantes, ainda se encontram nas margens do mercado de trabalho, com o desemprego juvenil na UE a representar quase o dobro da taxa de desemprego total. São necessárias melhores possibilidades de conciliar vida profissional e familiar para homens e mulheres, designadamente através de mais e melhores estruturas de cuidados à infância.

Muitos Estados-Membros estão a desenvolver políticas para aumentar o investimento na educação, mas fazem-no por vezes de forma fragmentada. A taxa de participação de adultos em acções de aprendizagem ao longo da vida é ainda demasiado baixa, cifrando-se em pouco mais de 10%, e, em 20 dos 25 Estados-Membros, não logrou aumentar, chegando mesmo a decair em alguns casos.

Em 22 de Fevereiro, a Comissão apresentará igualmente ao Conselho "Emprego e Assuntos Sociais" o Relatório Conjunto sobre Protecção Social e Inclusão Social (ver [IP/07/203](#)). Este relatório vem completar as análises constantes do Relatório Conjunto sobre o Emprego e tem um importante papel a desempenhar em matéria de criação de empregos e crescimento. Evidencia ainda a necessidade de progressos nas áreas da pobreza infantil, inclusão activa, modernização da provisão de pensões e acesso aos cuidados de saúde e de longa duração.